

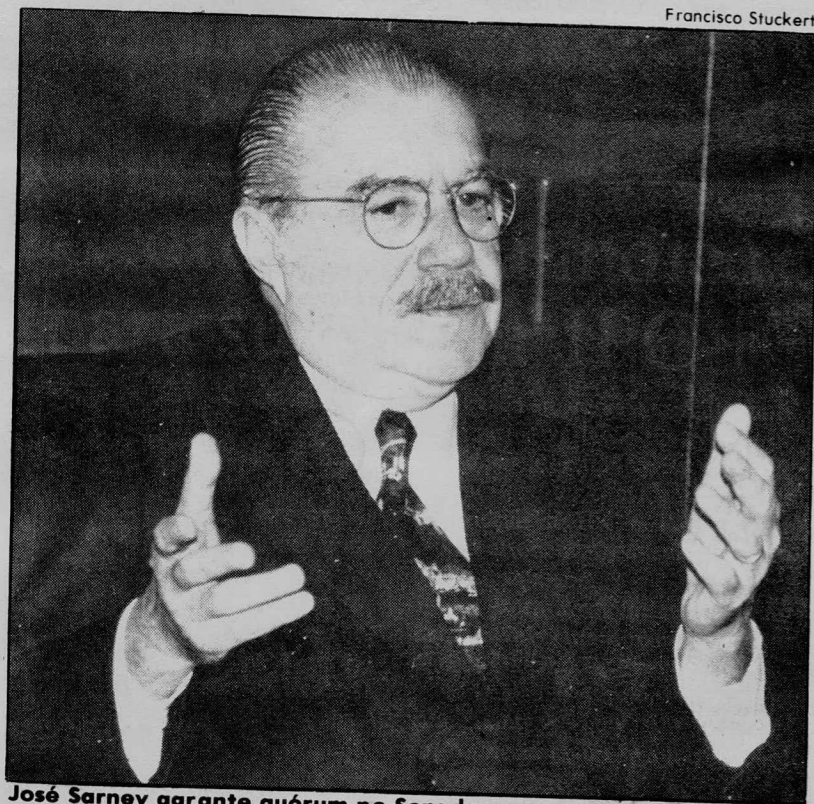
Senado vota LDO, monopólio das teles e entra em recesso

DIANA FERNANDES

Os parlamentares encerram hoje os trabalhos legislativos do primeiro semestre com a votação, pelos senadores, da Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) e da emenda constitucional que quebra o monopólio das telecomunicações. A partir de amanhã deputados e senadores estarão de folga, só retornando ao trabalho dia 1º de agosto. Neste período deverão ficar em Brasília mais de 20 deputados, escolhidos pela mesa da Câmara como membros da Comissão Representativa do Congresso durante o recesso parlamentar, que já vão adiantar as discussões sobre a MP da desindexação da economia.

As votações de hoje acontecerão em duas sessões distintas. A primeira será uma sessão do Senado para votar, em primeiro turno, a emenda das telecomunicações. Apesar de ser o último dia de trabalho e, justamente, uma segunda-feira, não existe o perigo da matéria não ser votada. O presidente do Congresso, senador José Sarney (PMDB/AP), que brigou pelo recesso, garante que haverá número suficiente de senadores para a votação.

Deputados — Depois de aprovada a emenda constitucional, uma outra sessão, desta vez do Congresso (Câmara e Senado juntos), votará a Lei de Diretrizes Orçamentária, que estabelece os critérios para a execução do Orçamento de 96 e cuja aprovação tem que acontecer, obrigatoriamente, antes do recesso de julho. Na semana passada, os



Francisco Stuckert

José Sarney garante quórum no Senado para votação da LDO

deputados votaram a LDO, mas pelo menos parte deles terá que estar hoje em Brasília para que a sessão do Congresso possa ser aberta. O líder do Governo no Congresso, deputado Germano Rigotto (PMDB/RS), num esforço conjunto com líderes dos partidos aliados do Governo, conseguiu obter de mais de 100 deputados a promessa de que estarão hoje em Brasília.

Além da presença quase maciça dos senadores, também já está praticamente garantida a aprovação da quebra do monopólio das teleco-

municações. Para evitar qualquer contratempo, o líder do Governo no Senado, Elcio Álvares (PFL/ES), pedirá aos senadores da base de sustentação do Governo que não assinem, a menos que sem compromisso com o mérito da matéria, qualquer emenda ao texto que será levado para votação. Já existe uma emenda defendendo os interesses dos trabalhadores das empresas de telecomunicações, com assinaturas de 21 senadores. Para que ela seja incluída no texto original e votada é necessário o apoio de 27 senadores.